

RESENHA

GRACIANI, M. S. S. *Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida*. 5. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2005. Coleção Prospectiva. v. 4.

Kássia Nunes da Silva*

A obra intitulada, “Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida”, tem como autora Maria Stela Santos Graciani. Foi publicada no ano de 2005, em São Paulo, pela editora Cortez, pertencendo ao 4º volume da Coleção Prospectiva.

O livro traz uma abordagem da Profª. Graciani sobre uma temática pedagógica com meninos de rua na busca de criar alternativas de construir o novo, isto é, um espaço de liberdade e responsabilidade que é edificado juntamente com os educadores.

A presente obra está estruturada em cinco partes: prefácio, introdução, oito capítulos, conclusão e bibliografia, contendo um total de 326 páginas.

Inicialmente a autora retrata sobre a situação econômica e social do Brasil, a qual apresenta um significativo crescimento da economia, aproximadamente 7% ao ano, com intensa concentração da renda, fazendo com que a maioria da população fique excluída do acesso aos bens oriundos do crescimento econômico. Neste sentido, têm-se no País índices sociais preocupantes como, a taxa de mortalidade infantil (crianças de até 5 anos) que atingiu 87/1000 no ano de 1987, segundo informações da *United Nations Children's Fund* (UNICEF). Constata-se, portanto, que o crescimento econômico favorece apenas a camada rica da sociedade, excluindo a população pobre que permanece relegada às explorações de trabalho, bem como às péssimas condições de vida, em função dos baixos salários. Em decorrência disso, milhares de crianças e jovens se viram obrigados a trabalharem visando garantir o sustento mínimo das famílias.

* Mestranda em Geografia pela UFU. E-mail: kassianunesdageo@yahoo.com.br

O resultado observado nas estatísticas, é que de um total de 16,7 milhões de crianças e jovens de dez a dezessete anos, quatro milhões deles trabalhavam no ano de 1986. A estrutura familiar sofre, portanto, um abalo, visto que, o trabalho precoce das crianças, levam-nas, muitas vezes a viver nas ruas, tornando estas um “espaço de reprodução da pobreza, ocasionando a mais dantesca marginalização urbana” (GRACIANI, 2005).

Kowarick (1997) afirma que os processos de “segregação social e periferação” são intensificados pelo crescimento das metrópoles, por meio da expansão das áreas periféricas, gerando problemas urbanos como dificuldades no acesso à moradia, ausência de serviços públicos como saneamento e transporte, o que prejudica a sobrevivência da população menos favorecida da sociedade.

A presente obra tem como finalidade promover reflexões acerca das questões geradoras da marginalidade urbana, com pretensão de desvendar as possíveis causas que produzem o distanciamento de parcela da população ao acesso aos bens e serviços criados pelo desenvolvimento econômico. Para tanto, a partir de um projeto denominado Educadores Sociais de Rua, desenvolvido juntamente com a Universidade Católica de São Paulo, fez-se um trabalho com crianças e jovens de rua do centro de São Paulo, procurando analisar e interpretar as considerações feitas por eles no que tange à pobreza urbana e às situações vivenciadas por tais atores sociais. Com isso, pôde-se perceber a fundamental importância que a renda familiar detém, sendo fator determinante para o modo de vida da população, uma vez que a política econômica concentradora instituída no País eleva os efeitos da pobreza, bem como das desigualdades econômicas e sociais da população. Em relação ao exposto, Graciani (2005, p. 25) afirma que:

Os efeitos da pobreza aparecem em forma de cascata ao se reproduzirem por gerações, numa perspectiva, senão de perpetuação, mas de multiplicação que se materializa nas formas e estilos de vida que assumem as sucessivas gerações de famílias pobres.

Neste sentido, a autora vem explicitar a importância da prática da Educação Popular na transformação da sociedade. Ela considera que esta prática, que trabalha com o conhecimento contribui para a ampliação

deste, na medida em que os grupos populares dialogam entre si trocando experiências de vida, de luta e de sobrevivência no meio em que vivem, auxiliando assim na “construção do novo”. No entanto, este conhecimento não deve ser apenas transmitido pelos Educadores Sociais de Rua e assimilados pelas camadas populares, que devem ser entendidos aqui como sendo as crianças e adolescentes de rua, mas deve ser construído por essa camada da sociedade, pois é uma forma que esta população tem de exercer seu poder de tomar decisões que promovam transformações sociais.

A sistematização da experiência educativa dos Educadores Sociais de Rua, realizada na década de 1980 com crianças e adolescentes de rua, contou com o apoio de técnicos especializados, pedagogos, psicólogos, dentre outros profissionais da educação.

Os projetos educacionais que vigoravam, não atendiam as necessidades dessa camada popular e, sendo assim, começaram a surgir teorias como “A Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire (1981), que entravam em confronto com tais projetos, a fim de defender os interesses dessa população excluída. As teorias de Paulo Freire em muito contribuíram para a questão da educação, visto que, seus temas voltados para a conscientização e para o conhecimento estavam sempre relacionados com o processo de libertação. Sendo assim, a aproximação do conhecimento era facilitada, à medida que o ser humano tomava consciência de sua realidade histórica, produzindo assim o *novo* conhecimento que o permitia promover a transformação da realidade.

A educação popular gratuita sempre foi tema de luta e manifestação das classes populares, visando homogeneizar a educação e combater o analfabetismo, sobretudo, dos jovens e adultos carentes e marginalizados. Em relação a isto, Brandão (*apud* GRACIANI, 2005, p. 61) afirma que:

Excluídos da escola e defasados da educação, sujeitos das classes populares são pra não serem regularmente educados, porque, em uma sociedade capitalista dependente, uma igualdade social de oportunidades de educação ameaçaria a necessidade política e econômica da desigualdade de oportunidades de participação na vida, no trabalho e no poder.

Neste sentido, observa-se que a educação voltada para adultos analfabetos, nada mais é que apenas uma compensação simbólica que reafirma a intensa desigualdade educacional existente entre os níveis sociais do país.

De acordo com Graciani (2005), há uma necessidade de se teorizar as práticas da Educação Popular, buscando uma melhor compreensão sobre essa realidade. Segundo Graciani (2005, p. 69):

[...] as reflexões mais profundas sobre a educação popular nem sempre tiveram ao alcance da maioria dos grupos ou instancias base, seja pela questão de que a grande parte não entende a forma e a linguagem, seja porque os especialistas não divulgam seus trabalhos teóricos, a não ser em congressos, seminários ou livros, aos quais a maioria não tem acesso.

Além disso, almeja-se traçar uma metodologia para que a Educação Popular tenha capacidade de auxiliar as pessoas a construir um conhecimento crítico da realidade para assim poderem transformá-la. Esta transformação constitui-se na libertação da sociedade no que tange à desigualdade, injustiça, exploração econômica, dominação política e dependência cultural, a fim de satisfazer as necessidades sociais e constituir uma sociedade justa. Essa transformação da realidade somente pode ser efetivada, segundo Graciani (2005), por meio da *práxis*.

Como já foi mencionado, o objetivo desta obra é descobrir quais são as causas que condicionam meninos e meninas a viverem e sobreviverem na rua e dos recursos que a mesma oferece. Neste sentido, faz-se necessário promover uma análise da estrutura social em que vivem estas crianças, por meio do quadro socioeconômico a que são submetidas.

O Brasil é um país regido pelo sistema capitalista, no qual, uma minoria rica detentora da propriedade privada dos meios de produção (capitalistas), promovem a acumulação do capital por meio do processo de exploração da classe trabalhadora que representa a maioria da população. Isso origina uma divisão social de classes que condiciona os 10% da população mais pobre a sobreviverem com apenas 0,7% da renda total do País, enquanto 11,2% da renda é distribuída entre a minoria rica

(GRACIANI, 2005). Em função disso, crianças e adolescentes de classe baixa são obrigados a trabalhar informalmente na rua para complementar a renda familiar, sendo muitas vezes excluídos da escola e, conseqüentemente do processo regular de formação profissional. Portanto, observa-se que a estrutura social a qual é submetida esta população excluída, juntamente com a política social e econômica do país, condicionam o modo de vida desta população e consolida a diferenciação de padrões sociais originado, sobretudo pelo sistema capitalista.

Neste sentido, observa-se que as crianças que vivem na e da rua, são provenientes de famílias de classe muito baixa, na maioria das vezes são famílias desestruturadas e excluídas social, política, econômica e culturalmente das relações desenvolvidas na sociedade.

Acredita-se que o jovem que sobrevive dos recursos oriundos da rua, possui uma conduta antissocial, devido às suas atitudes de agressividade e rebeldia. Entretanto, Graciani (2005) demonstra alguns apontamentos pertinentes que devem ser analisados, no que tange a essa postura da sociedade em relação ao menor de rua. Ela coloca que o comportamento hostil destas crianças e adolescentes, nada mais é que o reflexo produzido pelas condições impostas pela própria sociedade, ou seja, a sociedade, na medida em que exclui os jovens de rua de seus direitos como cidadãos, está diretamente condicionando-os a este tipo de situação, em que eles têm que buscar novos modos de sobrevivência. O assalto, roubo, prostituição e as drogas são os caminhos que a vida na rua lhes oferece.

A constituição de territórios são práticas comuns em todas as sociedades, inclusive na rua. Estes territórios se constroem por meio de espaços vividos por seres que se organizam segundo comportamentos sociais e culturais semelhantes. Muitas vezes, as crianças de rua formam grupalizações deste tipo como um instrumento de defesa e sobrevivência, respeitando certas regras e normas dos “líderes” do espaço (território) a que pertencem.

Na rua estes jovens estão sempre em busca de oportunidades de sobrevivência. Alguns conseguem um emprego no supermercado, construção civil ou fazem “bicos” vendendo doces nas esquinas ou trabalhando como “flanelinhas”. No entanto, a maioria das crianças, adolescentes e jovens é obrigada a realizar atividades como a prostituição, roubos, assaltos e tráfico

de drogas. Além disso, a violência sofrida por esses menores de rua prejudica substancialmente a situação de vivência destes jovens. Tanto a violência doméstica, praticada dentro de casa pelos pais, que muitas vezes abusam das crianças por meio de trabalho forçado, agressão física ou psicológica, quanto a violência social sofrida na rua, por meio da exclusão, marginalização e opressão perversa, são fatores determinantes de convivência social que condicionam estes jovens a reproduzir estas práticas, matando uns aos outros, criando assim um círculo vicioso de violência, como se a mesma fosse uma ação natural do cotidiano.

A ludicidade da criança de rua é outro tema que Graciani retrata no livro. Ela aborda sobre a importância de a criança ter contato com o mundo lúdico, da brincadeira, da imaginação, para facilitar o processo de construção de sua identidade. As crianças de rua não deixam de brincar por não ter acesso aos brinquedos de alta tecnologia, pois, segundo Graciani (2005), as crianças de rua trabalham brincando e brincam trabalhando, ou seja, qualquer caixa de papelão encontrada na lixeira se transforma em um carrinho, assim como um chocolate que a criança está vendendo também pode se transformar em um carrinho pelas escadarias e corrimãos das cidades.

Neste sentido, há uma necessidade das crianças terem um tempo livre para realizar atividades lúdicas, para que as mesmas busquem satisfazer suas necessidades de desenvolvimento corporal, da brincadeira, bem como do prazer lúdico.

De acordo com Graciani, nas ruas há a formação de diversas grupalizações, cada qual com suas particularidades, características e estilos próprios de vida. Em meio a isso, o Educador Social de Rua deve manter uma postura de respeito diante desses grupos, na busca de desenvolver ações pedagógicas que sejam progressistas e caminhem para o processo de emancipação do educando. A ampliação do conhecimento dos meninos de rua é um desafio que deve ser enfrentado pelos Educadores Sociais de Rua, os quais devem trabalhar o educando de modo que o mesmo aprenda a pensar, elaborar e criar conhecimentos críticos da realidade.

O processo de abordagem às crianças e adolescentes de rua pelos Educadores Sociais de Rua deve ocorrer de maneira autêntica e sincera, sempre demonstrando a verdade e sendo coerente em suas palavras e atitudes. É muito importante para o educador de rua conhecer o local em

que ele irá desenvolver um trabalho, visto que, o mesmo não conhece a realidade de rua, portanto, é essencial, antes de iniciar o processo de abordagem dos jovens, a fase da observação.

As crianças e adolescentes de rua criam um mundo de simbologias para facilitar sua sobrevivência na rua, estes signos são de diversos tipos: gestos, expressões, postura do corpo, toque etc. Isso serve para que os jovens de um mesmo grupo se comuniquem e, principalmente utilizem estes signos como instrumento de defesa contra grupos rivais e, sobretudo contra os policiais, dos quais sofrem agressão constantemente.

No que tange à história das políticas públicas relacionadas à criança e ao adolescente de rua no Brasil, tem-se que inicialmente estes jovens enquadrados numa categoria de marginalidade social, os quais possuíam várias carências, tais como: carência física, social, psíquica, sendo incapaz de pensar, sentir e agir. Posteriormente, as crianças e adolescentes de rua passaram a ser caracterizados como “menor”, e as entidades voltadas para esta causa social atendiam esses jovens de maneira compensatória, na tentativa de recuperá-los para a vida em sociedade, mantendo um caráter apenas assistencialista e correccional. No entanto, estes dois projetos de assistência aos jovens que foram apresentados anteriormente, foram duramente criticados por intelectuais por não atender a real necessidade das crianças e adolescentes de rua. Surge então o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que estabelece, dentre outras, as seguintes diretrizes: programas de proteção aos direitos da criança e adolescente, bem como a interação das políticas básicas com as políticas assistenciais.

Neste sentido, Graciani coloca que a Pedagogia Social de Rua irá desaparecer quando a mesma atingir seu objetivo, isto é, erradicar completamente as crianças e adolescentes de rua. Para isso, deve haver uma mudança estrutural no sistema econômico vigente no País, proporcionando assim melhor distribuição de renda, propiciando maiores investimentos para diminuir a miséria, a pobreza e o desemprego.

Em relação à questão chave: “é possível educar na rua?”, Graciani afirma que é unânime a concordância e que é completamente possível promover a educação de jovens na rua, a partir da Pedagogia Social de Rua.

Esta obra se estabelece como um importante subsídio para agentes do setor social que se dedicam a promover assistência a crianças

e adolescentes que são excluídos da sociedade e se vêem à margem dos setores social, político, econômico e cultural do País. A prática educativa da Pedagogia Social de Rua propicia condições para que os jovens apreendam e contextualizem a transformação de suas realidades, criando condições para a construção de uma nova realidade, por meio de um processo contínuo e permanente de edificação do conhecimento.

Maria Stela Santos Graciani é graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1970. Tem mestrado em Ciências Sociais (1980) pela mesma Universidade e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (1996). É professora e atua nas áreas de Criança e Adolescente, Segurança Pública e Políticas Públicas em Educação e Meio Ambiente.

Data de registro: 16/10/2009

Data de aceite: 09/04/2010